

# O Retábulo de Waldemar Henrique

A Secretaria de Estado da Cultura entrega à classe teatral, de cara nova, a Casa do Teatro Experimental - Teatro Waldemar Henrique. Está livre e desimpedido para acolher os grupos de teatro. Teatro e música, que essas foram as paixões do seu patrono. Assim, o edifício retorna, agora sem vizinhança incômoda, à finalidade para a qual foi construído.

Pediram-me para contar o que sei de sua história. O que sei já disse, tempos atrás, numa série de crônicas na época da ocupação do espaço pelos grupos amadores, numa quase guerra do alecrim e mangerona.

Em 1979, tempo da ditadura, a classe teatral lutou pela conquista do prédio que se dizia da Associação Comercial. Vou utilizar parte do texto que então produzi. Não resisto à tentação de manter o estilo da época, estilo um tanto anárquico, e revanchista, já que passara também por alguns incômodos ditatoriais. Era tempo dos festivais da canção e os poetas cantavam protestos com metáforas; péssimo construtor de metáforas, usava da gaiatice. O primeiro artigo era só gaiatice e se intitulou o Retábulo de Waldemar Henrique. Evocação mais do que explícita do Retábulo de Mestre Pedro, página admirável de D. Quixote. E muito apropriada para o fato. E para o prédio. Tenha eu autoridade, um dia, mudarei o nome atual para o mais expressivo - Retábulo de Waldemar Henrique.

Ainda no começo da segunda década deste século, época do erguimento do edifício, a Praça da República era um vasto espaço vazio cercado alguns vistosos monumentos, como o Teatro da Paz, imponente. Defronte dele a alegoria republicana, donzela guerreira no alto. Atrás, aquele coreto. Acolá, o minúsculo pavilhão construído para a festa das crianças, parecente enfeite de bolo, o pavilhão da bela espanhola Esmeralda Cervantes, háspista emérita que o Grão-Pará esqueceu.

A praça era linda. Menina dos olhos do velho Lemos, que tinha construído seu quartel-general num dos cantos. Do seu gabinete de trabalho olhava a praça. Teatro da Paz dum lado. Teatro Politeama (velho pardieiro, depois transformado no hotel que tinha um teatro embutido, hoje local 5 estrelas) do outro. O Hotel Chic, que hospedou Carlos Gomes. O Moulin Rouge, paraíso dos burgueses e dos coronéis de barranco. Tanta coisa! Ai, depois da queda do velho Lemos, quiseram simplesmente privatizar a praça. Transformá-la num parque, o Parque João Coelho. A história dessa privatização - o capital está sempre de olho grande na coisa pública - é a história que comecei a contar.

Dionísio Ausier Bentes assumiu a intendência nos primeiros dias de março de 1913 em virtude da renúncia de Virgílio Martins Lopes de Mendonça. Falando dessa troca, em tempos tão calamitosos, como eram os tempos da quebra da borracha, Dionísio até que era otimista: as finanças da intendência, segundo ele, se não estavam prósperas achavam-se, pelo menos, melhoradas. Antes assim. Mas o intendente governava e quem controlava as finanças eram os ingleses. Esse é o caso da maior nigromancia havida nesta terra. Quem vê as contas do governo de então só se depara com o London Bank, mais nenhum. Os depósitos da arrecadação pública, como que penhorados, eram geridos pelo London and Brazilian Bank, que administrava também os empréstimos externos, em libras esterlinas. Era o único banco que transacionava com a municipalidade; e seu garrote. Isso porque éramos devedores e, como soe acontecer, todo credor é incrédulo. Belém, unidade menor na escala do poder, estava estrangulada por três poderosas companhias inglesas: a Port of Pará, que controlava os serviços portuários; a Para Electric, que além da força e luz explorava os transportes urbanos, de bondes; a Municipality of Para Improvements, senhora das águas e dos esgotos. Não falo das

menores, que eram muitas, e tratavam de ninharias como a Para Public Work, concessionária do lixo e da limpeza urbana.

Mas bem, a história começa com um britânico supostamente descapitalizado. Começa no governo do Virgílio, que não era poeta, mas era intendente. Coube a este tomar a iniciativa, pela resolução datada de 10 de janeiro de 1912, de arrendar o denominado Parque João Coelho, ex-Praça da República. A 3 de fevereiro foi lançado o edital da concorrência, mas agora se incluem dois parques, o João Coelho e o Batista Campos. A esse edital atendeu o sr. Henry Richard Mardock, tendo-se-lhe tomado a assinatura, no respectivo contrato, a 27 de abril.

Mardock estava mais interessado nas diversões do que na conservação do parque e logo apresentou a planta de um pavilhão a ser construído dentro dele. A planta não foi aprovada sob o pretexto de ser de madeira a obra projetada e a importância do Parque não comportava essa ordem de construção. Não tendo cabedais para construir obra mais condizente, Mardock associou-se então ao italiano Artur Liguori. Então a municipalidade aprovou a transferência do contrato individual para a firma A. Liguori & Cia, autorizada a projetar e construir, no Parque, dois suntuosos pavilhões. Tudo foi feito a toque de caixa. Em menos de seis meses os dois pavilhões estavam erguidos.

Havia, porém, rumores de que o tal Liguori, com sua empresa, usara do crédito, já que também não dispunha de cabedais para empenhar nesse negócio. Indícios da veracidade desses rumores temos com a intervenção da municipalidade, com o aval do Governo do Estado, que mandou suspender as obras, de comum acordo, a 22 de fevereiro e a 27 de março as partes assinaram o termo de rescisão. Ficou o Liguori devidamente indenizado de todas as despesas, com as vantagens adicionais que pleiteou, evitando, assim, dar o estouro na praça. A intendência incumbiu-se de continuar as obras e o italiano, tranqüilamente, retirou-se deste negócio. Conforme os papéis e os pareceres dos peritos tudo foi feito na estrita obediência das disposições legais. Não pairam dúvidas. Apenas, a malícia do historiador.

Feita a rescisão do contrato, Liguori devidamente indenizado, a cláusula sexta do respectivo termo explicava: "Pertencerão à Intendência, em consequência da rescisão, todas as edificações, materiais não empregados nelas e bem assim as benfeitorias que existirem no Parque João Coelho".

Isso custou aos cofres públicos a bagatela de Rs 169.391\$170, fora os adicionais relativos às instalações e mobiliário. No relatório estão minuciosamente discriminadas todas as despesas. Ficamos sabendo que o **Radium - esse o nome do edifício maior** - consumiu Rs 124:862\$690 e o anexo das macarronadas (prédio onde hoje funciona o Núcleo de Arte da UFPA e que na época seria destinado a um restaurante de massas) o montante de Rs 44:528\$480.

Analisando o fato concluí que o italiano Artur Liguori, sócio do inglês Henry Richard Mardock, construiu os dois prédios em menos de seis meses com empréstimos na praça e repassou-os, imediatamente, à municipalidade mediante poluda indenização. O negócio, analisado pelos peritos governamentais, ficou isento de qualquer suspeita. Os papéis oficiais falam de sua lisura e do acordo comum.

De posse dos dois edifícios, a municipalidade ficou com dois elefantes brancos. E a cidade ficou privada tanto do cinema como do restaurante. Dois prédios novos, enxutos, bonitos, e desnecessários dentro de uma praça pública, afrontando a harmonia da paisagem urbana. Demoli-los? Nem pensar. Ficaram os dois elefantes brancos de portas fechadas durante muito tempo. E estava nesse pé quando um sábio, passando defronte, viu utilidade neles. Este sábio era Paul Le Cointe, que viera de Óbidos derrotado pela crise da borracha e se estabelecera em Belém.

É claro que o sábio não pensaria em cinema, nem em restaurante. Pensaria no museu e na escola. A ação imediata foi conseguir patrocinador. Ele foi, com sua sabedoria, até o abonado capitalista coronel Cássio dos Reis - na época todo capitalista e latifundiário era coronel -, presidente da Associação Comercial que, muito esperto, se anima. E vai ao governador do Estado, que

era Lauro Sodré. E Lauro Sodré, considerando o momento calamitoso que estávamos atravessando, cede.

Uma transcrição, para constar:

"A Associação Comercial, no intuito de desenvolver do modo mais proveitoso possível as relações da praça e ao mesmo tempo procurando animar a indústria e a lavoura do Estado, está promovendo a organização de um Museu Comercial, para o qual lhe foi cedido o pavilhão do parque João Coelho pelo prazo de 15 anos" (*Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado...* na reunião de 7 de setembro de **1918**, Pará, Imprensa Oficial, **1918**, p. 61).

Eis o fato e eis o detalhe da concessão: o prazo de 15 anos. Ernesto Cruz, minucioso historiador, publicou em 1964 a *História da Associação Comercial do Pará*, onde o fato está relatado às pp. 258-265, mas o detalhe foi omitido. Nota-se que o Pavilhão foi cedido para finalidade específica, Museu Comercial, pelo prazo limitado, que se esgotaria em 1933. A Associação Comercial, no entanto, continuou ocupando os edifícios construídos pelo Liguori e pagos pela municipalidade. O anexo estava incluso na transação e nele Le Cointe instalou a Escola de Química Industrial.

Lendo Ernesto Cruz ficamos sabendo que este foi também um bom negócio para a Associação Comercial do Pará. E como, desde os tempos coloniais, a classe dos capitalistas se queixa ao Rei das muitas dificuldades e falta de recursos, queixaram-se os neo capitalistas dos tempos calamitosos da quebra da borracha aos governos municipal, estadual e federal, que, solícitos, passaram a mandar recursos e com esses recursos eram mantidos o Museu e a Escola.

Mas a revolução de 30 trouxe dificuldades. A escola, que se mantinha com verbas federais, ficou sem elas e encerrou as atividades em 1931. Os capitalistas da terra não tentaram as alternativas, principalmente não quiseram assumir a responsabilidade. O ideal de Paul Le Cointe era insuficiente. E tudo degingolou. Durante a Segunda Guerra Mundial o sábio francês chegou até a ficar sob suspeita. O Museu ainda se aguentou com alguns recursos municipais e estaduais. Graças a isso foi

revivida, em 1941, a idéia de escola de química industrial, apoiada agora pelas dificuldades impostas pela guerra. Mas em ata da Associação Comercial ficou registrado, mais uma vez, que a entidade, sem verbas oficiais, não assumiria de forma alguma a criação e a manutenção da nova Escola. E de fato só assumiu, em 1956, quando voltaram a pingar as verbas federais, agora por intermédio da recém criada SPVEA, embrião da Sudam. Em 1961, a dita Associação se desfez do negócio da Escola, passando o encargo para o Estado, que o assumiu mediante a Lei 2.173, de 17 de janeiro daquele ano.

Com a inauguração da nova sede na ladeira da 15 de Agosto, atual Getúlio Vargas, edifício espaçoso e bonito, a Associação decidiu desocupar o pavilhão do Largo da Pólvora e em maio de 1943 transferiu o acervo do Museu para o andar térreo da sede. Mas não devolveu, nessa ocasião, ao Estado, o edifício que ocupava. Cessada a utilização para que fora destinado por Lauro Sodré, servir de Museu, logo se adicionou outra irregularidade: em 1946, foi alugado à Caixa Econômica Federal. Nessa situação ainda se encontrava, em 1979, quando da luta pela criação do Retábulo de Waldemar Henrique.

Essa história foi contada na série de artigos que então publiquei com o propósito de corrigir o abuso, no sentido estrito da palavra: uso errado, excessivo ou injusto de alguma coisa. O Radium voltava, em 1979, a ter platéia, não de cinema, mas de teatro. E isto aplaudi. O erro, no meu parecer, estava no pagamento, que se dizia simbólico, do aluguel: o Estado paga à iniciativa privada para usar o que era seu.

Por conclusão, transcrevo:

"Enfim, entre 1913 e 1979, meninos, muita manga caiu diante do **Radium** porque não se lembraram de cortar as mangueiras. E ele foi, sucessivamente, cinema, museu, casa bancária, butique da Paratur, hoje é Teatro Waldemar Henrique. Enfim, retornou à finalidade primeira: casa de espetáculos" (...).